
AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

VERA LÚCIA L. B. ECHENIQUE^a

ECHENIQUE, V.L.L.B. *Avaliação do ensino superior. Semina, Londrina, v. 11, n. 3, p. 148-150, set. 1990.*

RESUMO

A problemática da avaliação das instituições de ensino superior é discutida, considerando que são as próprias universidades que devem criar e implementar os mecanismos de avaliação.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino superior; Avaliação.*

A avaliação do ensino superior não é uma questão de interesse exclusivo dos órgãos federais e estaduais que controlam as instituições de ensino, mas é matéria que diz respeito a toda uma comunidade, entendendo-se incluso nesta comunidade os dirigentes, os professores, os alunos, os pais e toda a sociedade.

As atividades que se desenvolvem numa universidade

refletem, em maior ou menor grau, as ações que se desenrolam na sociedade local, estadual e nacional. Assim, não se pode pensar em avaliação de uma instituição de ensino superior, considerando apenas as atividades realizadas dentro de seus muros.

Da mesma forma, importar modelos e processos de grande sucesso em outras instituições e países para aplicá-

a - Departamento de Educação/CECA – Universidade Estadual de Londrina

los na realidade daqui, também levará a interpretações ir-reais e duvidosas da situação local.

É importante que se pense a avaliação do ensino superior a partir de critérios definidos em bases reais, levando em consideração as características próprias da instituição, as ações que desenvolve, a realidade social onde está inserida, as influências (boas e más) que recebe, enfim, o seu contexto geral.

A avaliação de uma universidade é processo de conscientização de sua comunidade, em relação ao seu desenvolvimento, suas atividades educacionais, culturais, científicas, administrativas, comunitárias. Por isso mesmo, envolve todas as pessoas que vivem esse desenvolvimento e essas ações, não podendo caracterizar-se por objetivo de apenas um dos segmentos participantes.

Pensar em avaliação de uma instituição de ensino superior partindo só da análise da produtividade do corpo docente (ver recente polêmica em relação à USP), ou do número de alunos formandos, ou do número de reprovações nas diferentes disciplinas, ou do valor de seu orçamento, ou ainda, da relação numérica entre professores, alunos e funcionários, é já começar o processo com uma visão parcial e unilateral do que seja avaliação e, especialmente, avaliação de uma escola de terceiro grau. Não se quer, com isso, dizer que estes dados não sejam levantados e trabalhados, mas sim, que não está apenas neles o centro do processo.

O processo de avaliação deve ser decorrência de um trabalho sério e consistente, em que estejam claramente definidos "os seus propósitos na busca de alternativas de possíveis caminhos para a resolução dos problemas e das necessidades sociais, por meio de um processo efetivo de reflexão e ação". (Schwartzmann, 1987).

É preciso que se pense em avaliação do ensino superior analisando os aspectos que envolvem os benefícios decorrentes da ação por ele desenvolvida, numa perspectiva dos benefícios e das contribuições que derivam dessas ações.

Particularmente, se for considerado o tradicional tripé ensino/pesquisa/extensão, o processo de avaliação torna-se muito mais complexo, abrangendo um número imenso de variáveis que precisam ser consideradas, o que invalida qualquer instrumento ou modelo lançado aprioristicamente.

Entretanto, é preciso não esperar fórmulas prontas, primeiro porque elas não existem e, também, porque seria contraditório a sua "importação" e aplicação.

Na opinião de Schwartzmann, "o usual, no Brasil, como em qualquer outra parte do mundo, em instituições de ensino voltadas para o ensino de graduação, é que seus professores se dediquem primordialmente às atividades de ensino, e não participem da síndrome do PUBLISH OR PERISH que emana das grandes e mais famosas RESEARCH UNIVERSITIES norte-americanas" (1988, p. 3).

Dentro desse contexto, é necessário que se analise, em primeiro lugar, qual a característica da instituição de ensino, qual a sua vocação e, então, estabelecer os critérios e parâmetros para a ação de avaliação a ser delineada. O objetivo primeiro deve ser o de diminuir os erros e fazer dos acertos o alvo fundamental.

"A avaliação precisa ser posta em termos dos requisitos (ou das premissas históricas) da nova universidade. Esta interage com toda a nação. O furo da avaliação precisa ser interno, quantitativa e qualitativamente, tão transparente quanto o cristal mais fino. A avaliação interna terá de ser pluri-dimensional, com a intervenção dos pares, mas também dos estudantes e, em escala variável, dos funcionários e órgãos externos. O decisivo é que ela não se esgote nos passos ou etapas da carreira acadêmica. Tais passos e etapas representam momentos de avaliação funcional e de valor, que definem se o candidato pode ou não titular-se e se ele pode ou não ser elevado às várias categorias sucessivas da docência. A avaliação começa desse patamar para cima e relaciona-se com a realização dos diversos papéis intelectuais do professor (na docência, na administração, na pesquisa, nas relações com públicos orgânicos ou não externos, que devem receber o impacto do pensamento universitário crítico, etc.)", conforme palavras de Fernandes, (1988, p. 3).

Por isso, é importante que se faça a avaliação com a participação das comunidades interna e externa, e que essa participação não fique apenas no processo, mas também, e principalmente, na discussão dos resultados obtidos, visando a implementação das medidas julgadas importantes e saneadoras, tanto em relação às atividades administrativas quanto acadêmicas.

O processo de avaliação será consolidado no momento em que, definido um projeto sério, coerente e formativo, profundamente enraizado na realidade, se verifique que a instituição é criadora, atuante e crítica.

Para Schwartzmann, "séria utópico imaginar que fosse possível chegar a uma metodologia de avaliação tão objetiva e perfeita que pudesse, por si mesma, eliminar as ambiguidades e contradições que são inerentes a qualquer empreendimento humano. Avaliações, por melhores que sejam, refletirão sempre valores de pessoas, e, sempre existirão outras que pensarão de forma distinta". (1988, p. 3)

Deve-se ressaltar que, sempre que se trabalha com avaliação, principalmente em relação a uma instituição de ensino superior, deve-se colocar em primeiro plano a questão da qualidade, ponto fundamental, a partir do qual devem ser conjugados todos os esforços. E, neste ponto é bom refletir: existe algum instrumento que seja adequado para a avaliação da qualidade de uma instituição de ensino superior? ou é a somatória de ações, fatos, atividades, desenvolvimento de pesquisas, ensino, extensão, prática educacional, legislação de ensino e demais atividades inerentes à universidade que são capazes de indicar a existência da "qualidade"?

Acredita-se que é preciso uma análise crítica e consciente da realidade institucional para que, a partir dela, possam ser estabelecidos parâmetros, determinadas variáveis, formulados objetivos, montados instrumentos, coletados dados, para aí, então, ser feita a avaliação dos resultados,

que possibilitará um retrato fiel da instituição.

A universidade não deve ter medo de conhecer a si mesma, mas pelo contrário, incentivar as atividades que le-

vam a esse conhecimento, com a criação de seus próprios mecanismos, para se constituir num todo orgânico e funcional, com resultados em termos de excelência.

ECHENIQUE, V.L.L.B. Higher education evaluation. *Semina*, Londrina, p. 148-150, set. 1990.

ABSTRACT

The problem of University evaluation is discussed, taking into consideration that these Universities themselves can create and implement the mechanism of evaluation.

KEY-WORDS: *Higher education; Evaluation.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - FERNANDES, Florestan. Essência e aparência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1988, Caderno A, p. 3.

2 - SCHWARTZMANN, Simon. Depois da tempestade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1988, Caderno A, p. 3.

3 - ----. Funções e metodologias. *Dois Pontos*, Brasília, n. 37, p. 07-12, set. 1987.

Data de recebimento 28/2/91

Data de aprovação 4/6/91
